



**POSICIONAMENTO DO CICLO  
INTERINSTITUCIONAL DE DEBATES SOBRE  
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ATUAL CONJUNTURA  
SOBRE O DECRETO N. 10.502/2020**

Nós, organizadoras do *Ciclo Interinstitucional de debates sobre Educação Especial na atual conjuntura*, professoras e grupos de pesquisas da UFMG, UFSC, UEL, PUC-SP e UFSCar, queremos expressar o nosso posicionamento contrário ao Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, e a favor de sua imediata revogação.

Consideramos importante reafirmar e evidenciar que há um organizado e cruel ataque aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em nosso país. Além dos ataques à construção democrática da Educação, temos visto desmontes como o que vem acontecendo com o Benefício de Prestação Continuada, instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado na década de 1990, que garante a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso e à pessoa com deficiência que comprovarem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família; ou seja, que comprovem que a renda por pessoa do grupo familiar é inferior a  $\frac{1}{4}$  de **salário mínimo atual**. Desde o Governo Temer, os beneficiários vivem sob constante ameaça de perda desse direito, e é importante lembrar que são 2,5 milhões de beneficiários com deficiência, que têm um padrão de vida de miserabilidade.

Desse modo, as pessoas com deficiência que já sofrem sistematicamente a perda de direitos como esse, agora se veem também vulneráveis com a nova Política Nacional de Educação Especial que fragiliza o direito de frequentarem a Educação Escolar Inclusiva, pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

O nosso objetivo com o este ciclo de seminários é justamente compor e somar forças para pensarmos coletivamente em estratégias de enfrentamento e combate às medidas antidemocráticas e aos ataques aos direitos sociais, tal como o desmonte da educação pública em curso encaminhados pelo governo federal, particularmente no que se refere à Educação Especial.

Dessa forma, em acordo com o que foi discutido na última reunião anual da ANPEd no GT-15 de Educação Especial, buscamos evidenciar uma pauta mínima entre os grupos de pesquisa que se dedicam a compreender a Educação Especial. Tal pauta se caracteriza pelo que não abrimos mão para a educação dos estudantes da Educação Especial, tais como:

- Educação Especial como um direito;
- Educação Especial na escola regular pública, laica, de gestão democrática e de qualidade socialmente referenciada, que possibilite compreender e criticar a realidade social e não a adaptação do sujeito ao mercado;
- Professores concursados pelas redes públicas de ensino, garantia de piso salarial e formação inicial e continuada pública presencial;

Esses pontos são horizontes importantes para a educação democrática e para todos. Assim, ressaltamos que o nosso intuito e esforços são para que possamos construir coletivamente uma base sólida de discussão, contrária aos atos arbitrários encaminhados pelo governo atual, e que possibilite pensarmos em um projeto de educação emancipatório, nos termos de Mészáros, perseguir uma educação para além do capital.

Assinam essa carta:

Profa. Dra. Carla Cazelato Ferrari (PUC-SP);  
Profa. Dra. Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG);  
Profa. Dra. Kamille Vaz (UFMG);  
Profa. Dra. Kátia Regina Moreno Caiado (UFSCar);  
Profa. Dra. Márcia de Souza Lehmkuhl (NUAPE/UDESC);  
Profa. Dra. Maria Helena Michels (UFSC);  
Profa. Dra. Michele Aparecida de Sá (UFMG);  
Profa. Dra. Mônica Rhame (UFMG);  
Profa. Dra. Natália Gomes;  
Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia (UFSC);  
Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando (UFSCar);  
Profa. Dra. Silvia Márcia Ferreira Meletti (UEL);  
Profa. Dra. Sirleine Brandão de Souza (UFMG);  
Profa. Dra. Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves (UFMG);  
Profa. Msc. Terezinha Cristina Rocha (UFMG).